



David Pinheiro

2022.01.07

Depois da bonança, a tempestade

É costume dizer-se que "depois da tempestade vem a bonança", mas em Odivelas esta realidade parece inverter-se. Foram precisos apenas três meses, após o momento eleitoral, para se perceber que os bons ventos apregoados pelo socialismo não são exatamente o que querem fazer crer. Durante a discussão do Orçamento apresentado pela Câmara Municipal de Odivelas para 2022, foram dadas a conhecer várias contrariedades, com destaque para as relacionadas com o Metro, o Hospital Beatriz Ângelo e o pacote fiscal municipal para o próximo ano.

Começando pela "expansão da rede do **Metro** de Odivelas", assim designada nos painéis publicitários municipais, mas que na verdade não é mais do que um Comboio Ligeiro de Superfície. Ficámos a saber por Hugo Martins que, afinal, a obra corre o risco de não chegar a concretizar-se devido à necessidade do Município ter de assumir um conjunto de compromissos financeiros, para além dos 250 milhões de euros previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, que não estariam inicialmente previstos nem acautelados. Portanto, depois de gastos 300 mil euros em estudos e planos, depois de se publicitar uma expansão da rede de metro que também podia ser designada como "elétrico de Odivelas", parece que a execução desta obra poderá estar em causa pela necessidade da Câmara ter de investir cerca de 50 milhões de euros em responsabilidades adicionais, facto que, de acordo com as palavras do Presidente da Câmara, era desconhecido até à presente data. Pelo *andar da carruagem*, parece que se pode adivinhar chuva!

Outra das decisões conhecida foi a criação da Hospital de Loures, Entidade Pública Empresarial (Decreto Lei 100/2021, de 17 de Novembro), seguida da nomeação, em 9 de Dezembro, de Maria do Rosário Côrrea Sepúlveda (Presidente) e Rui Viegas Moreira (Vogal) para a administração desta nova entidade que passará a gerir o **Hospital Beatriz Ângelo**. Independentemente da opção ideológica assumida nesta matéria, é fácil perceber que a transição da gestão de um hospital não é coisa que

se faça de um dia para o outro. E foram diversos os avisos que, em tempo, alertaram para o fim do contrato de gestão com o Grupo Luz Saúde previsto para o próximo dia 18 de Janeiro e para a necessidade de decisões que acautelassem a transição desta gestão de forma capacitada e organizada. Considerando que a apenas pouco mais de um mês é que o Governo deu os passos tendentes a concretizar esta decisão, sem que se conheça qualquer ação anterior de quem tem o dever de defender o interesse dos odivelenses, também aqui não se auguram bons ventos!

Para terminar, o **pacote fiscal** municipal para Odivelas e a sempre anunciada "redução". Essencialmente, existem três instrumentos fiscais que o Executivo Municipal pode utilizar para balizar os seus orçamentos: o IMI, a participação variável até 5% na taxa de IRS e a derrama municipal (percentagem de imposto que incide sobre o lucro das empresas). Olhando para a evolução da receita executada com estas rubricas, percebemos que passámos de 27,75 milhões de euros cobrados em 2017 para 31,16 milhões de euros, em 2020, o que representa um aumento superior a 10% no valor cobrado durante estes quatro anos. Mais, a perspetiva orçamental para 2021 e 2022, torna claro que esta tendência veio para ficar, pois estes números traduzem uma das mais altas taxas de IMI (0,36%) aplicadas aos prédios urbanos no distrito de Lisboa, nomeadamente nos concelhos mais urbanos, e percentagens máximas a título de participação variável de IRS e derrama municipal. Não se auguram bons ventos!...

Apenas três meses depois das eleições autárquicas, não parece difícil adivinhar que a bonança anunciada pelo Partido Socialista e pelo anterior Executivo Municipal rapidamente se transformará numa tempestade para os odivelenses!

David Pinheiro

Coordenador do Núcleo da Iniciativa Liberal de Odivelas